

A macroeconomia do homem cordial

ENSAIA-SE A REPETIÇÃO DE POLÍTICAS QUE NO PASSADO LEVARAM AO FRACASSO

*Marcelo de Paiva Abreu**

O que em meados de 1997 era apenas modesta tentativa presidencial, e em setembro de 1998 virou programa alternativo abatido por acaso por banditismo telefônico, tornou-se agora chavão na boca de quase todos os políticos, dentro e fora do governo: é essencial que o País reencontre o caminho do “desenvolvimentismo”, a qualquer custo. O perigo está, é claro, não no “desenvolvimentismo”, embora o termo possa abarcar desde a promoção séria do crescimento até pretextos para que se reiterem assaltos à combalida Viúva. O perigo está no “a qualquer custo”. Embora trivial, não custa repetir a observação: é difícil imaginar que alguém possa argumentar contra o desenvolvimento, ou seja, contra a importância da melhoria do padrão de vida dos brasileiros, em especial dos mais pobres. As discordâncias concentram-se na avaliação das limitações macroeconômicas envolvidas, em particular do ponto de vista fiscal e de balanço de pagamentos.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*, imortalizou a expressão de Ribeiro Couto sobre o “homem cordial” como “contribuição brasileira à civilização”. Esta cordialidade basal não se limitaria a sentimentos positivos e de concórdia, pois a inimizade pode ser tão cordial quanto a amizade; o importante é que ambas vêm do coração, procedem “do familiar, do privado”, em contraposição ao público. É difícil imaginar um presidente da República que melhor se ajuste ao paradigma do homem cordial do que Juscelino Kubitschek. Mais do que isto, a sua política econômica foi a do homem cordial, veio do coração, desconheceu as limitações impostas por orçamento e balanço de pagamentos. Mágicamente, até os limites do tempo deveriam ser vencidos, comprimindo cinquenta anos em cinco. Esta cordialidade, somada ao crescimento econômico acelerado e à feliz conjugação de eventos auspiciosos no terreno cultural e esportivo, explicam a posição do ex-presidente como ícone incontestado do desenvolvimentismo.

Jânio Quadros, altamente interessado na avaliação do mandato de seu antecessor, não mediu palavras quando se dirigiu à nação no início de 1961, enfatizando que era necessário que se soubesse a herança recebida pelo seu governo. Não poderia ter sido mais explícito quanto à má qualidade do legado que lhe deixava Juscelino Kubitschek. Que a herança legada por Jânio tenha sido ainda pior não deve servir de consolo. A taxa média de crescimento do PIB de 8,1% ao ano e os importantes investimentos em setores industriais modernos no período JK devem ser contrastados à aceleração inflacionária, ao agravamento do desequilíbrio fiscal e ao aumento do endividamento externo com

deterioração do perfil de pagamentos. As dificuldades do quadro econômico, já visíveis no final do próprio governo JK, agravaram-se no início da década seguinte e, somadas às sucessivas crises políticas de 1961-1963, levariam ao golpe militar. JK atribuía escassa importância aos desequilíbrios que seriam herdados por seu sucessor. No mundo ideal juscelinista, o sucessor, qualquer que fosse, trataria de arrumar a casa para que JK voltasse nos braços do povo em 1965. Certamente caberia especular se algumas das raízes importantes do golpe de 1964 não estariam relacionadas à deterioração da gestão macroeconômica no governo JK.

É preciso não confundir saudades de JK com saudades da juventude. A bossa nova e a conquista da copa Jules Rimet em 1958 merecem comemoração que nada tem a ver com o governo e os políticos. Mais ainda, é preciso não confundir pacificação política e respeito às liberdades democráticas, conquistas reais e louváveis, com bom governo. Há, entretanto, importante atenuante em favor de JK. É possível pensar em uma certa inocência inflacionária: embora a inflação brasileira quase sempre se tivesse mantido em torno dos 10%, não havia experiência recente de forte aceleração inflacionária em tempos de paz. É difícil imaginar que JK pudesse ter adotado políticas macroeconômicas tão desestabilizadoras se tivesse sido precedido por alguém com gestão tão imprudente quanto a sua.

Sendo quase tão cordial quanto JK, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, acumulou em seu primeiro mandato conquistas notáveis, algumas certamente ao arripio de sua cordialidade. A mais notável foi a estabilização da moeda. De quando em quando, em seu primeiro mandato, o Presidente lançou lamentos desenvolvimentistas, sempre acompanhados das costumeiras loas a JK. Antes da crise russa o governo mostrava-se disposto a embarcar em uma reorientação de estratégia, abandonando a ênfase já algo erodida na estabilização, removendo os auxiliares mais comprometidos com esta prioridade, e optando pelo desenvolvimentismo já esboçado pelas sucessivas iniciativas de “engenharia financeira” testadas no BNDES. As crises, do “grampo” e cambial, perturbaram estes planos. Mas a surpreendente reação da economia à desvalorização cambial recente, e a manutenção da inflação sob controle, em particular, deram alento à volta, com toda a força, ao clamor pela adoção de uma agenda dita positiva, isto é, que enfatize o crescimento. Será que alguém responsável acredita que, dada a longa história recente de inflação sem crescimento, com as exportações estagnadas e com a economia em recessão seja possível falar seriamente em políticas desenvolvimentistas, por sinal indefinidas?

A missão de um governo que possa ser classificado como comprometido com uma gestão prudente parece difícil. A lista de objetivos essenciais é longa: zelar pela apuração de irregularidades administrativas e judiciais, reparar os danos à credibilidade do Banco Central, restabelecer a precária estabilidade de sua base política, instilar a dose correta de realismo nos arroubos desenvolvimentistas, assegurando a prioridade da estabilização. A complexidade deste quadro é agravada pela euforia de Wall Street quanto à economia brasileira, que está bem além do que permite a análise dos fundamentos.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.